

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Mãos Visíveis- Assumindo responsabilidade pelo desenvolvimento social

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Book
Authors	Freitas, Jones de
Publisher	UNRISD—United Nations Research Institute for Social
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-06-25 05:10:27
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/178832

CMDS+5

Mãos Visíveis

Assumindo Responsabilidade pelo
Desenvolvimento Social

Resumo Executivo



RELATÓRIO DO UNRISD

Mãos Visíveis

Assumindo Responsabilidade pelo Desenvolvimento Social

Relatório do UNRISD para a CMDS+5

Resumo Executivo

Janeiro de 2002

MÃOS VISÍVEIS

ASSUMINDO RESPONSABILIDADE PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CAPÍTULO 1 – Globalização com uma máscara humana

Do desenvolvimento ao ajuste
A Cúpula Social
Globalização e crescimento econômico
Tendências desfavoráveis no emprego
Pobreza e desigualdade
As causas do fracasso
Novas visões sobre o crescimento e o desenvolvimento social
Globalização com uma máscara humana

CAPÍTULO 2 – Quem paga? O financiamento do desenvolvimento social

Alívio da dívida para os países mais pobres
Redução da dívida para os países de renda média
Novos pontos de partida para a dívida
Ajuda para o desenvolvimento
Reforma tributária
Reforma das pensões
Mobilização de recursos na base
Um balanço

CAPÍTULO 3 – Democracias frágeis

O dilema de governar
Transições incompletas
Os avanços dos partidos políticos
Presidente ou Parlamento?
Democracia como meio ou fim?
A alternativa democrática
A ascensão dos tecnocratas
Etnicidade e democratização
Sistemas eleitorais e diversidade étnica
O processo democrático

CAPÍTULO 4 – Uma nova missão para o setor público

Pressões por reforma
Estabilidade fiscal
Eficiência administrativa
Capacitação
O futuro da reforma do setor público

CAPÍTULO 5 – Cobrando responsabilidade das empresas

Do confronto à parceria
Motivação empresarial
Avançando aos poucos
Alternativas à confrontação
Da abordagem “dura” para a “suave”

CAPÍTULO 6 – Sociedades civis

Sociedade civil e prestação de serviços
Parcerias precárias
Sociedade civil e *advocacy* internacional
Inteligência, energia e direitos

CAPÍTULO 7 – O desenvolvimento certo para as mulheres

As mulheres na democratização
Implementação dos direitos da mulher
Direitos de saúde reprodutiva
Direitos educacionais da mulher
Direitos econômicos da mulher
Uma contra-aliança em favor das mulheres

CAPÍTULO 8 – A sustentação do desenvolvimento

Cidades sustentáveis
Agricultura sustentável
Abastecimento de água sustentável
Conservação florestal
Realidades duradouras
Continuidade ou mudança?

Créditos fotográficos: Eric Draper, Associated Press AP; Efrem Lukatsky, Associated Press AP; Associated Press AP; Eurokinissi, Associated Press AP; John McConnico, Associated Press AP; M. Cassetta, Associated Press AP; Rhodri Jones, Panos Pictures; Mark Edwards, Still Pictures

Tradução: Jones de Freitas

Printed in Switzerland
GE.00-XXXXX–January 2002–3,000
UNRISD/VHS-P/02/1
ISBN 92-9085-040-X

Resumo Executivo

Globalização com uma máscara humana

A Cúpula Social foi realizada em Copenhague em 1995, numa época em que os entusiastas do livre mercado prometiam o progresso para todos. No entanto, havia uma insatisfação ampla com os danos causados pelas políticas neoliberais. A pobreza e o desemprego cresciam rapidamente nos países endividados do Terceiro Mundo e o colapso da União Soviética expunha um grande número de pessoas aos rigores do mercado, sem que houvesse uma adequada proteção social. O Estado do Bem-estar Social estava ameaçado nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), onde os trabalhadores eram submetidos a níveis de incerteza que haviam desaparecido há décadas.

Muitos participantes da Cúpula exigiam mudanças: um aumento significativo das oportunidades econômicas, geração de novos e melhores postos de trabalho, uma distribuição de renda mais equitativa, maior igualdade entre os gêneros e mais inclusão. Um coro de protestos bem fundamentados também exigia reforma das políticas econômicas, para reduzir a instabilidade paralisante nos mercados globais e permitir uma expansão econômica sólida.

Cinco anos após Copenhague, os acontecimentos confirmaram a incapacidade de o modelo macroeconômico dominante enfrentar esses desafios. O crescimento do PIB global foi relativamente fraco, com crescimento anormalmente alto ou baixo em alguns países ou regiões. Isso tem sido acompanhado pela queda dos salários reais e pela degradação das condições de trabalho para um grande número de pessoas.

Foi aprofundada a instabilidade do sistema financeiro global. O colapso da economia mexicana, causado pela fuga descontrolada de capitais no final de 1994, foi seguido durante o ano de 1997 por uma crise econômica ainda maior em alguns países do Leste e do Sudeste Asiáticos. As estatísticas macro-

econômicas sugerem que essas nações conseguiram uma recuperação rápida, o que não aconteceu com milhões de seus cidadãos.

DESEMPREGO E POBREZA

O impacto mais direto da crise foi sobre o emprego. As taxas de desemprego duplicaram nos países asiáticos onde a depressão de 1997–98 foi mais grave. Na América Latina, o desemprego alcançou, em 1998, o seu nível mais alto em 15 anos. Mesmo aqueles que conseguem trabalho são muitas vezes obrigados a aceitar empregos temporários ou de meio expediente; ou, então, contribuem para o crescimento rápido do setor informal, que já representa na África Subsaariana, por exemplo, pelo menos dois terços dos empregos existentes.

No atual mercado de trabalho, os salários são geralmente baixos e a intensa competição pelo emprego significa que os trabalhadores têm pouca capacidade de barganha na maioria dos países. Nas regiões que enfrentam a estagnação econômica e o endividamento de longo prazo, a remuneração dos trabalhadores é muitas vezes inadequada. Os salários reais em quase toda a América Latina e África ainda não retornaram aos níveis considerados normais há vinte anos. Mesmo a China, onde houve um crescimento sem precedentes nas duas últimas décadas, a reestruturação econômica implica sofrimento: milhões de trabalhadores de empresas estatais e coletivas estão sendo forçados a entrar de licença, recebendo a metade de seu salário ou menos.

O fracasso em gerar empregos suficientes tem solapado as perspectivas de redução da pobreza. O número de pessoas vivendo na pobreza (em termos de renda) declinou em meados da década de 90; porém, em seguida começou a crescer outra vez em quase todas as regiões. Isso não ocorreu porque o mundo, como um todo, tenha ficado mais pobre,

mas porque os benefícios do crescimento são distribuídos de forma muito desigual. Houve um notável crescimento da desigualdade na década passada.

AS CAUSAS DO FRACASSO

Foi longe demais a crença de que os mercados desregulamentados poderiam oferecer o melhor ambiente para o desenvolvimento humano. Uma confiança exagerada na “mão invisível” do mercado vem empurrando o mundo na direção de níveis insustentáveis de desigualdades e privações. É preciso encontrar um novo equilíbrio entre os interesses públicos e privados.

Mercados eficientes, que funcionem de modo a promover amplo bem-estar, precisam das contribuições de um setor público bem administrado. Eles necessitam de uma população saudável, bem instruída e informada. Também requerem a estabilidade social que deriva da governança democrática e de um nível aceitável de seguridade social.

De fato, quanto maior o grau de abertura da economia de mercado, quanto maior a sua exposição às forças do mercado, mais importante o papel que deve ser cumprido pelos governos nacionais no campo das políticas sociais. Entretanto, a força motriz da maior parte da agenda neoliberal contradiz diretamente essa afirmação. Durante décadas, a ortodoxia dominante aconselhava uma redução das funções do Estado. Assim, durante décadas, governos sem capacidade de resistir à essa pressão foram abandonando elementos essenciais da prestação dos serviços públicos.

A RESPOSTA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Em resposta aos óbvios fracassos do atual modelo de desenvolvimento, a comunidade internacional começou a se mover em várias direções. Existe pouca direção coerente nesse processo. De fato, mesmo dentro de uma única instituição, é comum encontrar iniciativas que se contradizem—de modo que aquilo que se alcança através de um novo enfoque é, em

grande parte, anulado pelo que se pode perder com outra abordagem.

Uma ênfase renovada na redução da pobreza é talvez a mudança mais visível. Embora isso seja de importância vital, a maioria das agências e governos está adotando um enfoque tecnocrático para um problema social de alta complexidade. Seu foco é estreito e corretivo e, de forma muito superficial, vem associado a um ataque ao princípio de que os serviços públicos devem ser ofertados igualmente a todos os cidadãos. A criação de uma estrutura dupla de serviços sociais—uma dirigida aos pobres e financiado pelo Estado e outra voltada para os demais e gerida pelo setor privado—não é boa para a integração social, nem para a qualidade dos serviços públicos.



A prestação de serviços pelo Estado também sofre ataques de outras direções. Tanto o abortado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) quanto as discussões na OMC converteriam serviços públicos básicos em mercadorias, sujeitas ao mesmo tipo de competição de qualquer outro item da categoria geral do “comércio de serviços”.

Para contrabalançar a incursão divisionista das forças do mercado em áreas que são essenciais para a seguridade social e a estabilidade, tem havido maior apoio nos últimos cinco anos para estabelecer de alguma forma padrões sociais globais. Isso tem-se mostrado extremamente controverso quando está vinculado a sanções comerciais. Como a crescente globalização exige a elaboração de normas sociais comuns, é preciso encontrar uma saída para esse impasse.

NOVAS ARQUITETURAS?

À medida em que a natureza social e política do mercado torna-se óbvia para um grupo mais amplo de pensadores e formuladores de políticas, há um retorno incipiente aos enfoques de desenvolvimento integrado que estavam em moda nos anos 60 e 70. Por exemplo, o Quadro Geral de Desenvolvimento, do Banco Mundial, tenta lidar com questões sociais estruturais, juntamente com aspectos da macroeconomia e das finanças.

Ao mesmo tempo, fala-se muito na criação de uma nova estrutura institucional em nível internacional, um novo contexto para estimular o crescimento de base ampla e reduzir os níveis inaceitavelmente altos de volatilidade e risco na economia global. Embora útil, essa discussão está preocupada acima de tudo em assegurar a estabilidade do sistema. Não está visível nenhum movimento na direção de modelos alternativos de desenvolvimento.

Além disso, há um silêncio completo sobre como criar a arquitetura de desenvolvimento social que teria que suportar a visão central da Cúpula Social. Esta arquitetura deve permitir enfoques qualitativamente novos na questão do crescimento, baseados em novo entendimento do papel vital cumprido por uma sociedade saudável, instruída e segura na criação das condições para o progresso econômico.

Contudo, a política social permanece, em grande medida, separada da economia; ou é vista como um complemento, destinado a sanar os efeitos daninhos de um desenvolvimento econômico mal concebido. Até que isso mude, é improvável que a meta de “sociedade para todos”, visualizada pelos signatários da Declaração de Copenhague, esteja dentro de nosso alcance.

Quem paga? O financiamento do desenvolvimento social

Nas últimas décadas, mais riqueza foi gerada do que nunca antes. Porém, muito pouco está sendo canalizado para o financiamento do desenvolvimento social. De fato, embora os níveis dos gastos sociais em geral tenham se mantido nos países industrializa-

dos avançados, caíram fortemente em muita nações altamente endividadas e na Comunidade dos Estados Independentes.

REDUÇÃO DA DÍVIDA

Como muitos governos de países pobres pagam mais juros aos credores estrangeiros do que os valores que alocam para os serviços sociais básicos, é imperativo resolver esta longa crise da dívida. Uma resposta aparentemente promissora a esse desafio foi a Iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados (PPME), lançada pelo FMI e pelo Banco Mundial em 1996. Porém, esta iniciativa alcançou poucos resultados. Em resposta a pressões de coalizões internacionais, especialmente da Jubileu 2000, o grupo dos sete países industrializados (G-7) promoveu novos perdões de dívida em 1999. Entretanto, esta resposta não correspondeu às expectativas. Os passos mais eficazes foram dados por países individuais; alguns deles anunciaram planos para cancelar todas as dívidas bilaterais das nações mais pobres.

A dívida dos PPMEs constitui somente 10% da dívida total do Terceiro Mundo. O restante é devido por países menos pobres ou de renda média, onde a crise da dívida dos anos 90 evoluiu para uma sujeição de longo prazo aos mercados internacionais de bônus. A nova servidão da dívida tem sérias implicações para o controle democrático das políticas sociais.



Uma simples alusão a que o endividamento excessivo é uma limitação para os gastos sociais, ou que as políticas econômicas e sociais devem mudar, ativará sinais de alerta entre os investidores de todo o mundo. Isto diminui as cotações dos bônus, aumenta o nível dos juros que o governo precisa pagar aos proprietários de bônus e talvez até provoque fuga de capitais.

A continuidade da pobreza e a probabilidade de crises futuras exigem não somente uma atenção urgente aos problemas imediatos da dívida, como também um novo enfoque para o endividamento futuro. Isso vai requerer novas instituições para lidar com a dívida, incluindo a possibilidade de falência soberana. Uma crescente disposição para discutir esta questão é um dos desdobramentos mais positivos dos últimos anos.

Ao mesmo tempo, é importante confrontar as questões difíceis colocadas pelas condicionalidades. As condições impostas a reduções potenciais da dívida ficaram ainda mais complexas no final dos anos 90. Atualmente, os tomadores de empréstimos não precisam somente realizar as reformas de mercado, como também direcionar o alívio da dívida para a redução da pobreza. Embora isso seja compreensível, não é provável que seja eficaz. Provavelmente seria muito mais útil insistir para que cada governo devedor tomasse suas decisões orçamentárias de uma forma aberta e democrática.

AJUDA PARA O DESENVOLVIMENTO

O alívio da dívida não é suficiente para fortalecer as economias dos países mais pobres. É essencial que haja um aumento da ajuda para o desenvolvimento. Embora isso tenha sido prometido em Copenhague, não tem sido implementado. Em 1998, a ajuda para o desenvolvimento havia declinado para 0,23% do PNB dos países doadores.

Em parte, esse declínio é resultado de “fadiga do doador”—desencanto com a ineficiência e a corrupção nos países receptores. Porém, os problemas da ajuda não podem ser inteiramente atribuídos às debilidades das instituições do Terceiro Mundo.

Nos últimos anos, a ajuda para desenvolvimento foi forçada a atuar em um ambiente econômico global em geral tão hostil que seu sucesso limitado não é nenhuma surpresa. Não somente uma proporção considerável da ajuda tem sido canalizada para o pagamento da dívida, como também tem sido utilizada para financiar reformas de políticas ordenadas pelos doadores e que produziram resultados medíocres.

Como os doadores cada vez mais reconhecem os perigos ocultos associados às condicionalidades, alguns deles estão modificando suas táticas. No lugar de serem seletivos dentro dos países—indicando áreas de ação prioritária—eles estão sendo mais seletivos entre países. Estão escolhendo parceiros que tenham um histórico de boa governança e de reforma econômica, permitindo que esses parceiros tenham um maior controle sobre a utilização dos fundos. Progressivamente, isso vem reduzindo o número de países que recebem ajuda de doadores bilaterais.

Uma maneira de evitar os dilemas associados à ajuda externa é simplesmente substituí-la; talvez por um novo fundo de desenvolvimento internacional que transferisse automaticamente recursos financeiros dos países ricos para os pobres. Propostas desse tipo, que colocam o desafio da erradicação da pobreza nos marcos dos direitos humanos, no lugar de doações discricionárias, estão com frequência vinculadas às demandas por novas formas de tributação internacional.

A NECESSIDADE DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Ainda que houvesse menos dívidas e mais ajuda, os países em desenvolvimento que tentam atender suas necessidades sociais mais urgentes precisariam gerar mais recursos próprios através de impostos. No entanto, sua base tributária, que já era precária, foi enfraquecida ainda mais pelas recentes reformas do livre mercado. A maior parte das receitas públicas provém de impostos sobre o comércio—uma fonte que diminuiu bruscamente à medida que as tarifas caíram. Um problema adicional, que atinge todos os países, é a perspectiva de competição tributária. Os

governos estão receosos de aumentar impostos sobre negócios estrangeiros ou mesmo nacionais porque eles podem ser transferidos para outro lugar. Um crescente setor informal da economia também leva ao encolhimento do número de contribuintes.

Praticamente em toda parte a tendência tem sido compensar os déficits crescentes pelo aumento de impostos sobre o consumo, especialmente o imposto sobre o valor agregado. Isso pode aumentar as receitas, porém é essencialmente regressivo, retirando uma proporção maior da renda dos pobres.

Há opções mais progressistas. Uma delas seria eliminar os benefícios fiscais das contas no estrangeiro. Um estudo do FMI calculou que se esses oito trilhões de dólares de depósitos fossem remunerados em 5% ao ano e taxados a 40%, teríamos uma receita de cerca de \$160 bilhões ao ano—quase o dobro do que seria necessário para que todos países pudessem garantir os serviços sociais básicos.

Em última análise, somente ações internacionais coordenadas podem proteger a base de receita dos governos. Novas tecnologias de informação e a liberalização financeira dão aos indivíduos e às empresas opções cada vez mais sofisticadas para movimentar seus fundos em escala internacional, de modo a evitar os impostos. À medida que se torna mais ampla a consciência dessa ameaça, são realizados novos esforços para coibir a evasão fiscal de um país para outro. Propostas de criação de uma Organização Mundial de Impostos estão recebendo uma atenção considerável.

REFORMA DAS PENSÕES

Em todo o mundo, os planos de pensão estão sendo pressionados por uma combinação de governos que encolhem de tamanho e populações que ficam mais velhas. Os países industrializados avançados remodelaram seus planos de pensão públicos, sem abandoná-los. Porém, muitos países em desenvolvimento têm sido estimulados pelo Banco Mundial e pelo FMI a realizarem uma privatização radical de seus programas de pensão.

Tanto a base teórica quanto prática dessas expe-

riências têm sido questionadas. No final de 1999, o próprio Banco Mundial preparou uma crítica detalhada da justificação econômica e atuarial da privatização. A recente avaliação da experiência chilena sugere que houve um desempenho fraco em termos de eficiência, resultados, cobertura e equidade entre os gêneros.

Já é tempo de introduzir uma nota de cautela e realismo no que tem sido freqüentemente um debate altamente ideológico. As tentativas mais criativas de oferecer seguridade para os idosos têm envolvido combinações inovadoras de planos públicos e privados.

A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NA BASE

Quando confrontados com pagamentos altos da dívida, ajuda para o desenvolvimento em declínio e receitas tributárias em queda, os governos precisam fazer um esforço especial para utilizar eficientemente recursos escassos. Nesse aspecto, a comunidade internacional de desenvolvimento tem recomendado de forma enérgica medidas como a descentralização e a focalização de serviços em certos grupos, além da introdução de taxas de usuário na educação e saúde básicas. Estas medidas não são panacéias. Em alguns casos, podem ser úteis; em outros, elas simplesmente deslocam para níveis mais baixos o ônus de financiar o desenvolvimento social—daqueles que têm mais para aqueles que menos têm.

A oferta de microcrédito tornou-se uma das formas mais populares de ajuda em nível local. Esses pequenos empréstimos aliviam problemas imediatos, porém geralmente não tiram as pessoas da pobreza. As remessas, ou seja, os rendimentos enviados para o país de origem pelos trabalhadores que emigraram para países estrangeiros, constituem, de longe, o fator principal na melhoria do nível de vida dos grupos de baixa renda dos países em desenvolvimento. Entre 1970 e 1995, estima-se que o fluxo global de remessas têm crescido de \$2 bilhões para cerca de \$70 bilhões. A oferta de um leque mais amplo de serviços financeiros em nível local poderia reforçar a utilidade desses recursos.

Democracias frágeis

Como foi dito por participantes da Cúpula Social, a promoção do desenvolvimento social requer instituições democráticas vigorosas. Na verdade, a grande maioria dos países possui atualmente sistemas de governo formalmente democráticos. Entre os países mais novos, muitos contam com forte apoio da Nações Unidas. Porém, a criação de um elenco completo de instituições necessárias para apoiar o aprofundamento democrático é um processo longo e difícil. Muitos países estão dando os primeiros passos nesse caminho ou aparentam estar estancados no início dele.

Transições incompletas produzem democracias estreitas, que carecem de instituições democráticas essenciais, como um Judiciário independente e uma imprensa livre. Essas democracias incompletas continuam protegendo grupos poderosos, que estão acostumados a operar fora da arena democrática. Assim, governos latino-americanos que ainda não foram capazes de completar a transição para a democracia continuam a proteger os antigos líderes militares. Na África, permitem que autocratas continuem no poder. Em muitos dos países do Leste Europeu e da Ásia Central, os governos permitem que antigos chefes do partido governem por trás de uma fachada eleitoral. Esses países também tendem a ter administrações débeis, com funcionários públicos mal pagos e mal treinados, vulneráveis à corrupção.



Mesmo aqueles países que tiveram progresso considerável na construção da democracia, enfrentam perigos que precisam ser reconhecidos. O primeiro perigo é a desilusão do eleitor, quando os governos

eleitos enfrentam dificuldades para assegurar a estabilidade e o desenvolvimento econômico. As pessoas podem preferir a autoridade à incerteza. Assim, existe sempre o risco de que democracias com baixo desempenho venham a endurecer e se transformarem em autocracias.

ETNICIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO

Os regimes democráticos também são vulneráveis às forças centrífugas dos conflitos étnicos. De fato, alguns governos são tentados a recorrer à autocracia como um meio de manter unido um Estado multiétnico. A diversidade étnica não é um problema em si mesmo. Os problemas surgem somente quando a identidade étnica é politizada; aí pode ser utilizada para provocar um comportamento insular, xenófobo e destrutivo. É possível que as guerras civis dos anos 90 não tenham começado como conflitos étnicos, porém a identidade étnica certamente veio para primeiro plano depois que esses conflitos foram iniciados. Há muitas maneiras de acomodar os interesses dos grupos étnicos, fazê-los coincidir com as necessidades de sistemas políticos e sociedades diferentes. Por exemplo, as estruturas federais podem atribuir autoridade considerável às assembleias estaduais ou provinciais. Os governos também podem escolher sistemas eleitorais que estimulem os partidos a dirigir-se aos eleitores de vários grupos étnicos. Ou então, podem aceitar o fato de que os cidadãos irão votar de acordo com divisões étnicas e formular um sistema que obrigue os partidos baseados em grupos étnicos a compartilharem o poder.

As reformas devem ter como objetivo enfraquecer a polarização e promover a moderação. Elas também devem fortalecer as instituições que não são construídas de acordo com as divisões étnicas, como sindicatos, as associações profissionais e outras organizações civis. Os governos devem evitar o “congelamento” das divisões étnicas e devem dar espaço a seus cidadãos para que mudem suas filiações ou expressem identidades múltiplas.

A ASCENSÃO DA TECNOCRACIA

Finalmente, as democracias contemporâneas, novas ou antigas, são cada vez mais vulneráveis ao domínio dos tecnocratas. À medida que a liberalização financeira sujeita as economias nacionais aos ditames dos mercados financeiros internacionais, o poder está sendo drenado dos representantes eleitos para funcionários que operam fora do controle democrático. Ansiosos para manter sua credibilidade, os governos tentam retirar as decisões macroeconômicas do dia-a-dia da disputa política para o reino mais esotérico dos ministros de finanças altamente qualificados e dos bancos centrais, pois provavelmente isso vai gerar confiança entre os investidores internacionais.

O processo de decisão tecnocrático tem sido também estimulado pela ascendência crescente do novo gerencialismo, segundo o qual espera-se que os governos operem mais como empresas. Essa maneira de pensar tem tido um grande impacto nos países da OCDE, porém mesmo os países em desenvolvimento têm sido afetados.

Os cidadãos podem não se preocupar com governos tecnocráticos quando estes conseguem estabilidade e desenvolvimento econômico. No entanto, o isolamento dos formuladores de políticas dos sentimentos populares pode alienar os cidadãos e impedir futuros avanços. Também pode debilitar as instituições democráticas e, portanto, deve ser aperfeiçoada a supervisão parlamentar das principais decisões de política econômica.

A democracia não é uma condição estática; é um processo em evolução constante. A melhor forma de ter um apoio duradouro é através da participação, diálogo e concessões recíprocas. Sem isso, as democracias podem sofrer mutações em direções imprevisíveis e perturbadoras.

Uma nova missão para o setor público

No período entre o 1945 e 1980, o setor público desfrutou de uma expansão sem precedentes. A maioria desejava que seus governos cumprissem um papel central no desenvolvimento nacional. Durante os anos 80 e 90, no entanto, alguns Estados se desinte-

graram e muitos foram afetados pelas reformas do livre mercado.



As reformas de maior alcance foram aquelas cujo objetivo era a estabilidade fiscal, concentradas especialmente nos cortes dos gastos públicos. É significativo que nas democracias dos países industrializados avançados, os governos não tenham tido êxito em cortar muito as despesas. Eles encontraram uma resistência firme de seus cidadãos que defenderam os serviços sociais e as prerrogativas existentes.

Os países em desenvolvimento confrontaram oposição civil menos organizada e puderam cortar os gastos muito mais profundamente. Sua decisão foi reforçada pela pressão das instituições financeiras internacionais. Juntamente com os empréstimos do ajuste estrutural, as reformas orçamentárias foram a condição mais importante imposta aos países nas duas últimas décadas.

Entre 1990 e 1997, os gastos públicos como proporção do PIB caíram de 26% para 22% na África Subsaariana; enquanto isso, aumentaram de 45% para 47% nos países da OCDE. A privatização de empresas públicas foi outra estratégia empregada para reduzir os déficits orçamentários. Entre 1990 e 1996, os países em desenvolvimento e aqueles com economias em transição privatizaram empresas públicas no valor total de \$155 bilhões. Os governos

latino-americanos lideraram o processo, realizando mais da metade dessas vendas.

Estimulados pelo Banco Mundial e pelo FMI, os governos também tentaram aumentar a eficiência do setor público. Nesse processo, foram guiados por teorias da nova administração pública, que aplica princípios da economia a processos políticos e burocráticos. Em geral, isso significa a divisão das atividades em partes mais manejáveis, criando novas agências e quase-mercados dentro de administração, assim como contratando serviços de terceiros.

Esses sistemas só podem funcionar se existir um monitoramento eficaz, baseado num orçamento sólido e em fluxos regulares de informações precisas—áreas nas quais muitos governos dos países em desenvolvimento são débeis. Nessas circunstâncias, os novos sistemas não conseguem criar mais do que uma envoltório gerencial vazio.

Uma reforma eficaz do setor público exige um quadro funcional bem preparado e bem pago. Contudo, na maioria dos países em desenvolvimento, os funcionários públicos viram seus salários reais caírem fortemente e os sistemas de educação superior dos países mais pobres estão quase sempre em crise. Os edifícios das universidades estão em decadência, não existem equipamentos e os professores estão indo para o setor privado, assumindo empregos extras ou mudando-se para o exterior. Em parte, isso é o resultado de forçar uma solução de compromisso entre a melhoria da “educação básica” e o apoio à educação secundária e universitária.

As reformas do setor público devem estar apoiadas firmemente naquilo que os cidadãos encaram como a missão de seu governo. Em última análise, essas missões não são gerenciais, são sociais. As pessoas querem mover-se na direção de sociedades que sejam mais prósperas, eqüitativas e harmoniosas. Ter metas gerenciais ambiciosas pode ser parte disso, porém somente uma pequena parte. Na verdade, a focalização demasiado rígida nas reformas direcionados pelo mercado, sem que seja construído um consenso político amplo pelas mudanças, provavelmente irá perpetuar governos fracassados, guerras civis e a estagnação do desenvolvimento.

Cobrando responsabilidade das empresas

No passado, raramente se cobrou das corporações transnacionais que tivessem políticas sociais explícitas. Porém, isso está mudando. Hoje em dia, essas corporações encontram-se envolvidas em muitas das questões sociais mais debatidas, do aquecimento global ao trabalho infantil, passando pelos alimentos geneticamente modificados.

Há muitas razões para isso. Uma delas é a simples escala das operações transnacionais: cerca de 60.000 empresas são agora responsáveis por um terço das exportações mundiais. É inevitável que isso lhes dê um alto perfil público. Entretanto as empresas também estão sob maior vigilância das organizações não-governamentais, especialmente daquelas que tratam do meio ambiente e dos direitos humanos.

Em resposta, as corporações transnacionais têm desenvolvido uma série de iniciativas voluntárias, incluindo códigos de conduta, sistemas de certificação e auditoria ambiental e social, e obediência a vários padrões internacionais. Também começaram a trabalhar em parceria com seus críticos, assim como com agências das Nações Unidas.

Isso pode estar acontecendo porque as empresas acreditam ser essa sua obrigação. No entanto, é mais provável que seja uma estratégia para gerenciar sua reputação, tanto para ganhar vantagens competitivas através de imagem “mais limpa”, “mais verde”, ou para evitar publicidade negativa e o risco de boicotes de consumidores. Embora poucos consumidores façam o esforço extra para comprar produtos “éticos”, muitos evitam empresas que foram acusadas de destruir o meio ambiente ou de utilizar o trabalho infantil.

Muitas empresas dominaram a retórica da responsabilidade social, porém poucas realizaram ações abrangentes. Somente uma proporção pequena de empresas adotou códigos de conduta. Estes códigos tendem a ter um escopo estreito e muitas vezes não podem ser verificados de forma independente. Algumas das alegações mais exageradas provêm das empresas que afirmam estar contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Em geral, isso significa simplesmente que estão fazendo algum tipo de

esforço para atingir a eficiência ambiental.

As corporações querem evitar regulamentações “duras” e preferem as abordagens “suaves”, através de iniciativas voluntárias e parcerias. No entanto, deixadas por conta própria, as corporações transnacionais quase sempre cumprem suas responsabilidades de uma maneira minimalista e fragmentada. Em última análise, a maior parte das empresas só será sensível à regulamentação mais forte e ao monitoramento mais próximo por parte das ONGs, sindicatos e grupos de consumidores.

Sociedades civis

A Cúpula Social, como muitos outros encontros internacionais anteriores e posteriores, deu um grande voto de confiança à sociedade civil—toda uma miríade de grupos que não pertencem ao governo, nem ao setor privado voltado para o lucro. As organizações da sociedade civil têm certamente proliferado nos últimos anos, em parte como resultado da crescente democratização, mas também em resposta à disponibilidade de fundos de doadores que buscam parceiros na sociedade civil.

AS OSCs E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As ONGs de desenvolvimento constituem um importante subconjunto da sociedade civil. Durante décadas, deram contribuições importantes para temas fundamentais da política de desenvolvimento. A diferença hoje em dia, especialmente nos países em desenvolvimento, é o quanto os governos e agências de ajuda esperam que aquelas organizações ofereçam em termos de serviços sociais, tanto de forma independente como em colaboração com o governo. Isso é parte da tendência mais geral de reduzir as obrigações dos governos e deslocar a responsabilidade dos serviços sociais para o setor privado comercial e para as organizações sem fins lucrativos. Em meados dos anos 90, as ONGs de desenvolvimento desembolsaram aproximadamente 15% do total da ajuda pública para o desenvolvimento.

Os doadores assumiram que as ONGs de desen-

volvimento são mais eficientes na prestação de serviços do que os governos, porém há poucas evidências disso. Na verdade, as ONGs de desenvolvimento tendem a ter um alcance desigual, a oferecer serviços de qualidade variável e, muitas vezes, a prover cobertura esporádica. Normalmente, a vantagem delas é de poderem experimentar novas abordagens e adaptar os projetos às circunstâncias locais.



Os doadores gostariam de ver o etos de independência e criatividade das ONGs de desenvolvimento perpassar os programas de ajuda oficial. Infelizmente, parece estar acontecendo o contrário: as ONGs de desenvolvimento estão se tornando dependentes dos doadores estrangeiros e tendendo a não questionar as políticas e procedimentos do doador. Atualmente, um número muito menor de ONGs de desenvolvimento se considerariam defensores ativos dos pobres. Como prestadores de serviços contratuais, muitas delas cumprem ordens.

Provavelmente o perigo mais sério de prestar serviços através das ONGs de desenvolvimento é o da confusão das linhas de responsabilidade. Mesmo quando os serviços são subcontratados, a responsabilidade última por sua qualidade deve ser do governo. No entanto, a medida que os governos abandonam certas áreas, pode ficar reduzida sua capacidade de formular estratégias eficazes ou de monitorar e avaliar subcontratados.

ADVOCACY INTERNACIONAL

A *advocacy** internacional é outra área na qual as OSCs alcançaram maior destaque nos últimos anos, especialmente nas Nações Unidas. As OSCs geral-

RESUMO EXECUTIVO

mente não participam do processo de decisão formal da ONU, porém elas realmente afetam os termos do debate, particularmente em áreas politicamente controversas, como os direitos humanos.

As OSCs cumpriram um papel relevante na série de conferências da ONU realizadas nos anos 90. Na época da Cúpula Social, as OSCs tinham debatido e apresentado alternativas para cada uma das frases importantes dos documentos preliminares. Além disso, 1.500 OSCs possuem atualmente credenciamento oficial para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Também já houve tentativas de lhes dar status formal na Assembléia Geral.



O Banco Mundial é a agência internacional que tem recebido críticas mais constantes das OSCs. A oposição aos programas do Banco Mundial foi intensificada na década de 90, com denúncias gerais de sua política de desenvolvimento (expressas através da campanha do “Bastam 50 anos”), assim como através de mobilizações contra os programas de construção de represas e reassentamentos. Isso, finalmente, forçou o Banco a abandonar alguns projetos e a estabelecer mecanismos melhores de revisão interna.

O movimento das mulheres também tem feito críticas eficazes aos programas do Banco, estimulando a formação de um grupo de Análise de Gênero e Política. No entanto, embora as OSCs tenham tido um impacto sobre certas áreas do trabalho do Banco, ainda não está claro se as mudanças vão afe-

tar as atividades essenciais do Banco. Eles ainda não modificaram a base econômica das decisões sobre projetos e ainda não parecem ter incorporado aquele enfoque às operações diárias da instituição.

Pelo menos, o Banco Mundial tornou-se mais aberto à cooperação com as OSCs. Isso é um progresso, mas também aumenta o risco de que membros das organizações da sociedade civil recebam ofertas que representam uma falsa influência. Alguns desses membros, incorporados às atividades do Banco, podem promover reformas incrementais. No entanto as mudanças mais fundamentais provavelmente só virão através da crítica externa persistente e objetiva.

Em termos de mudanças nas políticas, um dos êxitos mais significativos da sociedade civil internacional nos anos 90 foi ter afundado, ou pelo menos submergido temporariamente, o Acordo Multilateral de Investimentos em 1998. A campanha contra o AMI provavelmente assinalou o amadurecimento em termos de Internet para centenas de grupos de pressão que utilizaram e-mail e websites para coordenar suas estratégias. Esta experiência foi utilizada com bons resultados em outras campanhas internacionais, como a coalizão do Jubileu 2000 contra a dívida, a mobilização contra minas terrestres e os protestos contra alimentos geneticamente modificados. Também serviu como base de apoio para os maciços protestos em torno da reunião da OMC em Seattle, em novembro de 1999, os quais sublinharam a crescente preocupação pública com a natureza das negociações sobre o livre comércio.

Algumas vezes, o crescente ativismo internacional é apresentado como prova do nascimento de uma nova sociedade civil global. Provavelmente aqui há um exagero. O que surgiu foi uma combinação barulhenta e inteligente de pesquisa, idealismo e tecnologia barata—agora armados com a legislação dos direitos humanos. Correm riscos os governos, corporações e instituições internacionais que ignorarem essas vozes.

* O termo *advocacy* é utilizado pelas OSCs na acepção de “em defesa de” e denota iniciativas de pressão política ou de articulação com o objetivo de dar visibilidade a certos temas no debate político e influenciar políticas públicas (Nota do Tradutor).

O desenvolvimento certo para as mulheres

Os grupos e coalizões de mulheres tiveram um papel destacado nas conferências internacionais dos anos 90. Entretanto apesar dessa visibilidade, resistem teimosamente muitas barreiras políticas e culturais à equidade entre os gêneros. Além disso, quase sempre as mulheres suportaram a maior parte da carga de deslocamentos sociais que acompanhou a liberalização econômica nas últimas duas décadas.

DEMOCRACIA E EQUIDADE ENTRE OS GÊNEROS

Os recentes processos de transição para a democracia devem muito à pressão dos movimentos de mulheres, com feministas e grupos de mulheres populares trabalhando juntos por mudanças no governo. Porém, por causa da heterogeneidade desses grupos é difícil que sejam capazes de formar coalizões nos regimes democráticos resultantes dessas pressões e, portanto, de melhorar o contexto institucional para a equidade entre os gêneros.

As instituições democráticas não são equitativas em relação a gênero de forma automática. Na realidade, o nível baixo de participação das mulheres na política democrática formal continua a ser um problema na grande maioria dos países do mundo. Em média, somente 13% de todos os parlamentares do mundo são mulheres. A construção cultural do cargo político como sendo algo masculino cumpre um papel significativo na manutenção desse desequilíbrio. Para superar isso, alguns governos e partidos políticos estão se engajando em engenharia eleitoral—exigindo que uma certa proporção dos candidatos seja constituída por mulheres, ou especificamente reservando um certo número de assentos parlamentares para as mulheres.

Infelizmente, não há garantia de que as mulheres eleitas defendam os interesses das mulheres. Muitas políticas bem-sucedidas não eram feministas. Aquelas que alcançaram a representação através do sistema de cotas ou de assentos reservados podem relutar em expressar diferenças. Contudo, em muitos

países, mulheres parlamentares se juntaram para pressionar por legislação progressista em temas como o divórcio, violência doméstica e direitos reprodutivos.

AS MULHERES E A POLÍTICA SOCIAL

As parlamentares têm tido menos êxito em influenciar decisões sobre políticas sociais e gastos públicos, que têm implicações cruciais para as mulheres. Por exemplo, o tipo de reforma do setor de saúde implementado em muitos países em desenvolvimento durante os anos 90 teve, muitas vezes, conseqüências desastrosas para as mulheres pobres. Voltadas para aumentar a eficiência dos custos, essas reformas introduziram taxas de usuários e restringiram muito os tipos de serviços disponíveis nos centros de saúde públicos. Elas também colocaram interrogantes difíceis para as ONGs de mulheres, que estão sendo atraídas como prestadores de serviços e monitores.

As crises econômicas e os programas de ajuste estrutural também têm obviamente afetado as oportunidades educacionais. Há uma nova ênfase na expansão da matrícula na escola primária; e isso vem crescendo nos anos recentes. No entanto, as taxas de evasão escolar permanecem altas e muitas famílias pobres são forçadas a escolher qual dos seus filhos vai receber instrução. Por razões econômicas ou culturais, com freqüência decidem que as meninas ficarão em casa.

Além disso, causa crescente preocupação a cobertura menor e a qualidade inferior da educação secundária. As limitações culturais que afetam a educação feminina tendem a tornar-se especialmente agudas no nível secundário. Assim, à medida que a qualidade e a cobertura da educação secundária declinam, as meninas em especial podem sair perdendo. Ironicamente, muitos estudos têm demonstrado que os famosos benefícios da educação feminina tendem a ser maiores nos níveis mais altos de instrução.

A educação deve também fortalecer as prerrogativas econômicas das mulheres. Por uma variedade de motivos, é certo que um maior número de mulheres trabalha fora de casa do que antes. Primeiro, mais mulheres necessitam de trabalhar para garantir a

sobrevivência da família. Segundo, agora existem mais famílias sustentadas por mulheres. Terceiro, tem havido um rápido crescimento de indústrias que empregam uma alta proporção de mulheres.

Isso oferece às mulheres mais oportunidades, porém também as expõe a novos riscos. Muitas indústrias que empregam mulheres oferecem salários baixos e más condições de trabalho. Embora haja alguma evidência de que os salários dos homens e das mulheres estejam convergindo, parece que isso se deve ao fato de que o salário dos homens vem declinando, e não necessariamente porque o salário das mulheres esteja aumentando.



IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER

A melhoria da condição das mulheres não pode significar simplesmente o atendimento de suas necessidades, mas a implementação de seus direitos. Alguns destes, como liberdade em relação a códigos de conduta tradicionais e repressivos, ausência de violência

doméstica e gravidez forçada, constituem direitos civis e políticos básicos. Outros são direitos econômicos e sociais, como acesso a serviços públicos de alta qualidade no campo do atendimento familiar. Num mundo onde grande parte da responsabilidade pelos serviços sociais está sendo empurrada para as comunidades e as famílias, o valor societal do trabalho da mulher como cuidadora precisa ser reconhecido. “Condições para cuidar” dignas são prerrogativas dos cidadãos tanto quanto condições de trabalho dignas.

A sustentação do desenvolvimento

As agências de desenvolvimento atualmente alegam que estão buscando o desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas. Isso deveria implicar o trabalho em forma mais integrada, examinando-se seriamente a sustentabilidade dos padrões de produção e consumo existentes, assim como a cooperação estreita com as comunidades locais, para estabelecer as prioridades de ação.

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Se esses princípios vão ter qualquer valor duradouro, terão que funcionar nas cidades, onde hoje em dia vive quase a metade da população mundial. De fato, a Cúpula da Terra analisou maneiras de alcançar o desenvolvimento sustentado das cidades e estabeleceu prioridades na Agenda 21 Local.

Muitas campanhas estão em curso, porém seu impacto tem sido limitado. O impulso para mudanças muitas vezes vem de comunidades de classe média, que estão mais interessadas em lidar com problemas ambientais específicos do que em alterar padrões de consumo não-sustentáveis ou a desigualdade. Por outro lado, muitas comunidades pobres estão envolvidas em iniciativas de auto-ajuda, mas raramente participam do planejamento urbano mais amplo ou da política.

Para chegarmos a ter cidades sustentáveis, é necessário ter culturas cívicas fortes e uma nova política de coesão e colaboração. Isso leva tempo

para construir—certamente mais tempo do que a maioria das agências de desenvolvimento costumam considerar.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O mundo tem tido um sucesso notável na produção de alimentos. No entanto, tem sido menos eficaz na distribuição do produto de modo que ninguém passe fome. Muitos argumentam que, com as novas tecnologias, a produção continuará a acompanhar o crescimento da população. No entanto muitos aspectos da agricultura moderna não são sustentáveis, absorvendo cada vez maiores quantidades de energia e degradando o meio ambiente.

Algumas agências internacionais e governos estão prestando mais atenção às formas de agricultura que recuperam o capital natural, humano e social, no lugar de esgotá-lo e degradá-lo. Isso significaria fazer melhor uso de processos naturais, como ciclo de nutrientes, fixação do nitrogênio, regeneração de solos e controle natural de pragas, além da utilização mais completa do conhecimento e da capacidade dos agricultores.

Porém essa experiência provavelmente ficará localizada se não forem superadas algumas limitações principais. A maior parte das tentativas de promover a agricultura sustentável tiveram de enfrentar as políticas nacionais que subsidiavam fortemente a agricultura intensiva em energia e promoviam padrões de ajuste estrutural que debilitavam as comunidades agrícolas. Também tem havido muito pouca cooperação com os agricultores para explorar o que funciona melhor nas condições locais. Agricultura sustentável não é um conjunto de tecnologias definidas concretamente; é um processo de aprendizagem social.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA SUSTENTÁVEL

Existe uma crescente pressão sobre os suprimentos de água do mundo. No passado, acreditava-se que a solução estava na provisão de água em larga escala

feita pelo governo. Atualmente, muitos governos acreditam que o setor privado e as comunidades devem assumir uma maior responsabilidade e que essas atividades devem se dar numa escala menor. Parte dessa mudança surgiu da oposição pública à construção de grandes represas, que causaram sérios danos ambientais e deslocamentos sociais. Também ficou claro que muitos sistemas de irrigação em grande escala eram ineficazes e caros.

Uma das soluções mais comuns para os problemas de suprimento de água é fazer com que as associações de agricultores se responsabilizem pela administração de esquemas de irrigação de menor escala. No entanto, isso não é uma escolha fácil, pois pressupõe que o sistema de irrigação já está funcionando. Também pressupõe que os agricultores visualizam algum benefício econômico ao assumir esse compromisso. Na prática, atingir a eficiência, sustentabilidade e equidade pode ser muito difícil. Entretanto, já está claro o que o planejamento de recursos hídricos precisa sair dos gabinetes para as praças de aldeias e cidades. Somente assim, pode-se identificar os pontos de estrangulamento e propor soluções factíveis.

CONSERVAÇÃO FLORESTAL

O desenvolvimento mundial tem sido realizado com frequência à custa das florestas. Esse processo de degradação parece estar prosseguindo. As comunidades pobres sempre lutaram para proteger seu meio ambiente, mas muitas vezes foram vencidas pelas pressões econômicas ou climáticas ou por forças exteriores. Interromper esse processo significa mudar para uma conservação mais participativa, que leve em conta os direitos e necessidades das comunidades locais. Em especial, significa promover formas mais diversas de geração de renda, de modo que as pessoas possam ganhar a vida e, ao mesmo tempo, conservar seu meio ambiente.

CONTINUIDADE OU MUDANÇA?

A expressão “desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas” tem recordado à comunidade internacional que o desenvolvimento requer mais do que crescimento econômico; que alguns aspectos da modernização possuem custos sociais e ambientais inaceitáveis; e que isso exige políticas econômicas e abordagem de implementação de projetos diferentes. No entanto, poucos governos e agências internacionais realizaram mudanças significativas. A maioria tem simplesmente aplicado uma nova terminologia ao que já estavam fazendo—talvez com uns poucos elementos novos.



Os governos e as instituições internacionais de finanças e comércio precisam ter muito mais sensibilidade para os custos sociais e ambientais de suas políticas e também tornar seus processos de decisão mais democráticos. As mobilizações populares que conseguiram colocar na agenda o desenvolvimento sustentável ainda têm muito trabalho pela frente se querem ver implementadas novas idéias.

Em última análise, a ação depende da interpretação das pessoas sobre o que é possível e correto. Assim a natureza de longo prazo das mobilizações pelo desenvolvimento sustentável depende não somente dos ativistas, como também das visões

dominantes sobre a direção para o qual o mundo poderia e deveria se voltar. Se essas visões apoiarem estilos de vida de alto consumo, então muitas questões difíceis sobre a sustentabilidade ambiental não serão tratadas seriamente. Se essas visões aprovam ganhos individuais ilimitados, é óbvio que as instituições projetadas para promover o bem comum serão afetadas negativamente.

Cinco anos depois de Copenhague, há poucas indicações de que as metas e valores fundamentais que orientam o desenvolvimento mundial estejam se deslocando na direção de uma maior responsabilidade social. As estruturas de incentivos, da educação a decisões de investimentos, têm sido reorientadas para melhorar as opções do indivíduo em busca de maximizar seu lucro. O investidor tornou-se muito mais importante do que o trabalhador e o consumidor adquiriu um status mais alto do que o cidadão.

O questionamento do individualismo extremo e do poder sem limites do dinheiro, com a reafirmação do valor da equidade e da solidariedade social, além da volta do cidadão para o centro da vida pública, é um grande desafio do nosso tempo. A “mão invisível” do mercado não tem capacidade para imaginar uma sociedade digna para todos ou para trabalhar de forma coerente no sentido de construí-la. Isso só pode ser realizado por seres humanos com um forte sentido do bem público.

Uma confiança exagerada na “mão invisível” dos mercados desregulamentados está combinada com um entendimento insuficiente da relação necessária entre políticas públicas e desenvolvimento. Mercados eficientes exigem a contribuição de um setor público bem administrado e também necessitam de uma população saudável, bem instruída e informada. Além disso, precisam da estabilidade social que deriva da governança democrática e de um nível aceitável de serviços públicos.

Mãos visíveis: Assumindo Responsabilidade pelo Desenvolvimento Social, um relatório do UNRISD para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social+5, explora esforços recentes para reafirmar o valor da equidade e da coesão social num mundo cada vez mais individualista. Por si próprios, os mercados não tem nenhuma capacidade de imaginar ou criar uma sociedade digna para todos, somente as “mãos visíveis” de governos e de pessoas com espírito público podem realizar isso.

O Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD—United Nations Research Institute for Social Development) é uma agência autônoma, que desenvolve pesquisas multidisciplinares sobre as dimensões sociais de problemas contemporâneos que afetam o desenvolvimento. Seu trabalho é orientado pela convicção de que é crucial ter um entendimento do contexto social e político para poder formular políticas de desenvolvimento eficazes. O Instituto tenta oferecer a governos, agências de desenvolvimento, organizações populares e estudiosos um entendimento maior de como as políticas de desenvolvimento e processos de mudanças econômicas, sociais e ambientais afetam grupos sociais diferentes. Trabalhando através de uma extensa rede de centros de pesquisa nacionais, o Instituto busca promover pesquisa original e fortalecer a capacidade de pesquisa nos países em desenvolvimento. Atualmente, as áreas de pesquisas incluem a sociedade civil e os movimentos sociais; democracia, governança e direitos humanos; identidades, conflito e coesão; política social e desenvolvimento; e tecnologia, negócios e sociedade.

